

43º Encontro Anual da Anpocs

SPG05

Brasil e América Latina em perspectiva: estratégias e vivências intergeracionais
de populações afetadas por grandes empreendimentos

A dança do coco como tática de mobilização identitária:
O caso da comunidade de Balbino –CE.

Camila Mota Farias
Doutoranda em Sociologia
Programa de Pós-graduação em Sociologia
Universidade estadual do Ceará (UECE)

Caxambu, MG
2019

A dança do coco como tática de mobilização identitária: O caso da comunidade de Balbino –CE*

Camila Mota Farias**

Os Cocos: uma breve apresentação

O Coco é uma manifestação cultural que possui uma variedade de expressão, pode ser produzido de forma apenas cantada, em literatura de cordel, ou em dança (ARAUJO, 2013). A sua presença se dá, sobretudo, no Nordeste brasileiro, onde foi estigmatizado como dança de sujeitos marginalizados: analfabetos, pobres, agricultores, pescadores, negros e índios ou seus descendentes (AYALA; AYALA, 2000).

Os primeiros registros mais sistematizados sobre os Cocos no Brasil foram elaborados a partir da década de 1930 por diversos folcloristas, entre eles Mário de Andrade (2002a; 2002b) e Câmara Cascudo (1979). Em suas obras, que tratam os Cocos de Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, é possível identificar uma preocupação em caracterizar a dança, demarcando sua origem. Isto foi elaborado por meio do encontro de elementos das culturas africanas, indígenas e portuguesas, destarte os movimentos circulares foram ligados à herança das danças indígenas e da região da Beira¹; o ritmo,

* Trabalho apresentado no Simpósio de Pesquisas Pós-graduadas n. 5 - Brasil e América Latina em perspectiva: estratégias e vivências intergeracionais de populações afetadas por grandes empreendimentos, coordenado por Roberta Brandão Novaes (UNEF) e por Sérgio Botton Barcellos (UFPel), no 43º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, outubro de 2019.

** Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Histórias e Culturas (DÍCTIS) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Etnicidade (GEPE). E-mail: camilamotafarias@gmail.com.

¹ Até o século XIX a região da Beira era uma das seis comarcas/províncias em que se dividia Portugal, correspondendo aos distritos de Castelo Branco, Viseu, Guarda, Coimbra e Aveiro, mais tarde incorporou áreas litorâneas entre o Douro e o Mondego. Após diversas divisões administrativas, em 1936, com a divisão do país em treze regiões naturais, o antigo território que correspondia a Beira foi dividido em Beira Litoral, Beira Baixa, Beira Alta e Beira Transmontana, mas as províncias foram extintas em 1976, sendo a região chamada de Beiras. Cf. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/>> Acessos em: 22 set. 2019.

construído com instrumentos de percussão, e a umbigada² foram atribuídos às culturas africanas; a estrutura poética-musical, com refrão fixo e estrofes livres, também foi atribuída às músicas indígenas.

Sem entrar neste debate, todavia, identificando a sua existência que remete a construção de um discurso no qual a dança do Coco emerge como uma prática resultado da hibridação de heranças étnicas o que pode ser justificado já que foi produto do movimento folclórico brasileiro, organizado por intelectuais que visavam, como em um projeto missionário, o reconhecimento do folclore enquanto saber científico, a promoção do mesmo e a preservação das tradições populares, vistas como a identidade mais pura e ingênua do Brasil. O que culminou na Comissão Nacional de Folclore – CNFL, em 1947, e suas comissões estaduais que promoveram a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro – CDFB, em 1958. (VILHENA, 1997).

Os Cocos do Ceará foram registrados também por folcloristas e, mais recentemente, por acadêmicos. Juvenal Galeno (1969), em 1865, publicou o primeiro registro escrito dos Cocos no Estado em um poema intitulado “O Côco”. O poema expressa em seus versos uma questão essencial da brincadeira que é a sua duração, colocando que uma noite não é suficiente para dançar Coco, já que a brincadeira, quando começa, na “boca da noite”³, não tem hora para acabar, estende-se pela madrugada. Temos na literatura que os Cocos cearenses foram sendo construídos como brincadeira da praia, da qual participavam, principalmente os homens (BARROSO, 1979; CARVALHO, 2005).

Porém, neste Estado a manifestação pode ser encontrada tanto na zona costeira como no sertão. A dança foi desenvolvida em sua capital, a cidade de Fortaleza, no Mucuripe e na Barra do Ceará; no litoral leste cearense em praias como Balbino, Iguape, Majorlândia, Canoa Quebrada e Quixaba; no litoral oeste em localidades como Pecém, Almofala, Trairi e Caetanos de Cima; no sertão cearense, mais especificamente, na região do Cariri.

A localidade escolhida para este estudo foi a Comunidade de Balbino, tendo em vista que nesta podemos identificar um uso da dança para a

² A umbigada é o ato dos dançadores encostarem seus umbigos, pode ser simulado, em sinal de desafio.

³ “boca da noite” é uma expressão utilizada pelos dançadores para se referir ao início da noite.

mobilização étnica. Localizada a 60 km da capital cearense, constitui-se de uma área com mangue, praia e lagoa, situada no município de Cascavel-CE, distrito de Caponga. A pesca e a agricultura são as principais atividades econômicas desenvolvidas na localidade.

Antes de adentrar na análise e reflexão acerca da dança na localidade, optamos por utilizar como recurso uma descrição da prática em diversas épocas e situações, com base no trabalho de campo realizado e nas anotações em nosso Diário de Campo, cada momento e configuração da dança exposta está diretamente relacionada à história da Comunidade e ao contexto específico de sua produção.

Algumas cenas dançantes

Cena I

Década de 1940, quarta-feira, 5:00 horas da manhã, o sol acaba de nascer no céu de Balbino, um lugar onde a tranquilidade reina, os pescadores saem de suas casas e caminham para praia, empurram as jangadas de piúba nas águas do mar, por onde permaneceram até que as suas redes tenham pescado peixe o suficiente para voltar a terra. Passa um dia... passam dois, três dias... a jangada está cheia de peixe e é hora de retornar para a casa, os pescadores apontam as jangadas para a direção de Balbino e retornam. Ao chegar à terra firme levam a pescaria para casa, tomam um banho e descansam até cair à noite.

Na boca da noite, escutam a pancada do caixão: é hora de brincar! Saem de suas casas com suas famílias e seguem o som indo em direção a um bar, próximo a praia, lá está Mestre Nel Chagas, Mestre Luiz Coqueiro e Zé do Pedro. Zé do Pedro é o responsável pela batida forte em um caixão feito com lata de querosene, provocando o som alto que chama os homens para dançar e a Comunidade para assistir.

Os homens que mais cedo estavam no mar, vestem camisetas e bermudas, estão descalços, com o pé na areia se posicionam em duas fileiras deixando os Mestres e o tocador nas extremidades, os moradores se concentram ao redor dos brincantes para aguardar o início da dança. A esposa

do dono do bar, em uma espécie de forno a lenha, prepara peixe assado, camarão torrado, churrasco de carneiro e de tripa de porco, o dono do bar serve, a todo o momento, *mocororó*⁴, cachaça e vinho aos presentes.

As palavras começam a ecoar na voz de Mestre Luiz e de Mestre Nel, os homens começam a dançar, pés se entrelaçam ao som de rimas que poetizam a praia de Balbino até o nascer do sol.

Cena II

Fins da década de 1990, após o enfrentamento de mais de 10 anos contra a invasão imobiliária que assolava o litoral cearense, fim de tarde, a lua começa a nascer no céu de Balbino, na entrada da Comunidade chega um ônibus do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, o grupo de Coco de Balbino se dirige ao ônibus, são 12 homens, cada um leva um saquinho em mãos onde carregam a roupa utilizada na pesca que é produzida artesanalmente na Comunidade e garrafas com cana.

O ônibus sai de Balbino em direção a Fortaleza, fazendo uma parada em Pratiús para pegar o cantador dos Cocos, Mestre Nel. Quando o Mestre sobe no ônibus a bagunça está feita, as emboladas se iniciam ali mesmo e o clima para dançar vai sendo preparado. Quase duas horas depois do início da viagem, chegam ao destino, o ônibus estaciona em frente à Biblioteca Pública de Fortaleza. Ainda no veículo os homens trocam de roupa, vestindo a roupa de trabalho, a roupa que vão para o mar. Desembarcam, bebem algumas doses de cana pura para perder a vergonha e caminham para o Dragão do Mar, local da apresentação.

Um palco de madeira está montado em um ambiente ao ar livre, na frente do palco um público já se faz presente. Demora alguns minutos para os moradores serem chamados pela organização do evento. Uma fila de homens com chapéu de palha, roupa de pescador e com os pés no chão sobe no palco, três deles se organizam ao redor de um microfone e os outros formam duas filas paralelas, começa a apresentação.

⁴ Bebida fermentada feita com o suco do caju e com a resina do cajueiro, proporciona um efeito de embriaguez.

A animação é grande, a dança de Balbino se mostra para Fortaleza, cantam sobre o amor e a natureza, sobre a luta e a vida dos pescadores. Os dançadores se desafiam fazendo passos de cócoras e no chão, a plateia se diverte e também entra na dança: poesia, música e diversão que duram no palco quarenta minutos, pois é preciso voltar para casa.

Cena III

Ano de 2012, sábado às 20:00 horas, no Bar do Nando, em Balbino, começam a chegar aos poucos os jovens dançadores de Coco, que passam por entre as mesas de madeira e se concentram em um galpão ao lado do bar, o galpão é coberto por palhas e iluminado apenas por uma pequena lâmpada. Começam a trocar impressões entre si sobre as roupas para dançar, a caninha e a hora de começar. Aparecem dois dançadores mais velhos e outros três mandam recado que não poderão vir. Os brincantes vão se trocar e voltam vestidos com a roupa do pescador e com instrumentos, tomam uma primeira dose de cana para iniciar a dança.

O puxador dos Cocos senta em uma extremidade com seu atabaque novo e junto dele se posiciona o tocador de ganzá. Os dançadores fazem duas fileiras, formado seis pares de desafiantes. Antes de iniciar a festa, o cantador de coco, Josivan, faz uma saudação aos presentes e explica que vão dançar e cantar para mostrar o coco a uma pesquisadora, que não estão ganhando nada, vão dançar, porque é algo da cultura deles, algo de Balbino. Mais de cem pessoas já estão em volta do galpão para assistir e outros vão deixando as mesas onde tomavam cerveja e comiam churrasquinho servidos pelo bar ao lado.

Começa o batuque do atabaque e o balanço do ganzá, a cantoria se inicia em um espetáculo de habilidades no qual jovens e velhos entrecruzam seus pés assim que o ritmo se acelerava com as emboladas, retornando ao seu lugar batendo palmas e cantando os respondimentos.

Em seguida passaram a dançar em pares, cada qual com performances e habilidades diferentes, trocando chapéus, abaixando, pulando, um em torno do outro, começando com as duplas mais próximas do cantador,

indo em direção ao fim da fileira e ficando no final. Na hora da embolada, nas pisadas e nas performances o público aplaudia, gritava, assoviava, vibrando empolgação. As crianças se misturaram com os dançadores, fui convidada por alguns dançadores a dançar com eles, não resisti e entrei na dança, outras mulheres também foram, a apresentação durou duas horas que foram marcadas por alegria e poesia.

Cena IV

2017, Sesc Iparana, às 17horas, desembarca um ônibus vindo de Balbino, são 12 jovens, meninos e meninas, eles estão eufóricos com tantas coisas para ver e fazer, está ocorrendo um evento chamado Encontro SESC Povos do Mar, várias comunidades litorâneas estão expondo suas culturas.

Os jovens trouxeram mochilas com roupas de pescador e seus instrumentos, um Cajón, com aparência de novo, e um ganzá, eles vieram para dançar o Coco, e passaram cerca de um mês ensaiando semanalmente, na quadra da comunidade, depois de suas aulas, para estarem afiados nesta apresentação. Mas, precisariam esperar cerca de seis outros grupos se apresentarem, então, foram em busca de banheiros, trocaram-se, lancharam e ficaram a circular pelos espaços do evento.

Depois, colocaram-se como plateia onde se situava o palco do evento e ficaram a ver diversas formas de dançar Coco, por vezes se misturaram e compartilharam alguns passos. Até que foram anunciados no microfone e assumiram o centro. Primeiro, seu Miguel, dono de uma barraca de Praia e líder comunitário, assumiu o microfone e falou um pouco sobre a história de Balbino, sua descendência afro-indígena e a vida do pescador.

Os jovens optaram por não ficar no palco, nem o cantador e o batedor do cajón, que após a feitura das filas paralelas por parte dos dançadores, inseriram-se em uma das extremidades, assim, começaram a dançar. Eles pareciam um pouco desconsertados, sem grandes expressões de sorrisos, gritos, ou passos ousados, arriscaram algumas trocas de chapéus.

Talvez estivessem cansados da viagem e pensando que, ao final da apresentação, um ônibus os aguardava para o retorno de casa, já que não tinham onde repousar, assim dançaram cerca de quinze minutos, entoaram

algumas músicas de mestre Nel Chagas, mas trouxeram novos repentes para a brincadeira, da qual se despediram chamando o público para dançar.

Balbino e a elaboração de um discurso étnico

A zona costeira do Ceará passou por uma valorização, com o desenvolvimento do turismo, gerando ocupações que, segundo a geógrafa Maria do Céu Lima (2002), ocorreram em quatro momentos. O primeiro momento foi durante o final da década de 1960, quando as cidades costeiras, como Paracuru e Camocim, foram povoadas. O segundo momento se deu na década de 1970 com a descoberta dos “paraísos cearenses”, destacando-se Canoa Quebrada, em Aracati. O terceiro momento é demarcado pela estadia com a chegada dos interesses relacionados à especulação imobiliária, desenvolvidos em meados de 1980. Por fim, o último período é caracterizado pela urbanização turística e a “incorporação produtiva” da zona costeira cearense à economia global.

Balbino, também, passou por um longo período caracterizado pela ocupação ilegal de seus territórios. Segundo o Jornal O Povo “uma parte das terras [de Balbino] pertence à Marinha e a outra está ocupada pelos pescadores. Muitos com o usucapião em andamento” (30 de julho de 1997, p.09A). Assim como em Balbino, em outras localidades da zona costeira cearense a questão territorial tinha as mesmas características de ocupação, terras de marinha e terras devolutas sem ocupação legal, gerando situações de conflito pela posse legal. Conforme sugere Lima (2002, *apud* SOUSA, 2010, p.47) “A disputa pela posse dos terrenos de marinha no litoral cearense, nas últimas décadas, é a raiz dos conflitos entre moradores das comunidades pesqueiras marítimas versus grileiros de terras”.

Compreendendo as fases citadas por Maria do Céu Lima (*op. cit.*), o processo de invasão de Balbino estaria relacionado à terceira fase de ocupação da zona costeira cearense, caracterizada pelo interesse de especuladores imobiliários que compravam ou ocupavam as terras dos pescadores. Processo parecido ocorreu em outros povoados litorâneos cearenses, desdobrando-se ao longo dos anos subsequentes, como podemos observar:

De acordo com levantamento do Instituto Terramar, de 2000 até agora, pelo menos 15 comunidades se envolveram em conflitos das mais variadas formas na zona costeira cearense. O mais grave, diz Soraia Vanini, técnica do órgão, é que "infelizmente os conflitos devem se acirrar com o incremento do turismo (empreendimentos) e o aumento da exportação do camarão" (**O Povo**, 2005, p. 10).

Dentre estes que se envolveram em conflitos imobiliários podemos citar Prainha do Canto Verde, Flecheiras, Canoa Quebrada, Caetanos de Cima⁵, entre outras. Antes de chegar a Balbino, a especulação imobiliária ocorreu em seus arredores, despertando, segundo Amorim (2008, p.23) medo na população.

Em Balbino, à época das invasões das imobiliárias, as pessoas já andavam assustadas com as notícias da violência que a Polícia Militar havia promovido na localidade de Batoque, distante cerca de 6 Km de Balbino, no sentido Balbino-Iguape. Os moradores de Batoque, gente que vivia ali há mais de 100 anos, foram expulsos de suas casas. Sem lugar para morar, migraram para Fortaleza, onde encontraram abrigo nas periferias da cidade.

Percebemos que esta especulação imobiliária está ligada a processos de modernização da região Nordeste que estabeleceram o desenvolvimento turístico como perspectiva de dinamização econômica, focalizando a área litorânea com um modelo de turismo baseado no sol e no mar. No Ceará, esse período foi marcado pelos governos de Tasso Jereissati (1987-1990; 1995-1998; 1999-2002) e de Ciro Gomes (1991-1994), considerados como os governos das mudanças. Segundo Araújo e Pereira (2011, p. 82):

Os anos 1980 marcam uma nova etapa na ocupação litorânea no Ceará. Fatores de ordem local, nacional e internacional confirmaram este quadro, à medida que, a mudança na política do Estado, priorizou em seu planejamento, a indústria e os serviços (em especial o turismo) como setores modernizadores da economia cearense.

⁵ Tanto Canoa Quebrada como Caetanos de Cima também possuem dança do Coco. Todavia, não identificamos no primeiro relação desta com a luta pela posse das terras, diferentemente do segundo caso, em que há tal presença e a dança foi retomada por meio de incentivos de organizações não governamentais, como o Instituto Terramar, nos anos 2000, visando o resgate das culturas dos pescadores.

Ao lembrarem-se desse período, quando enfrentaram os conflitos pela terra decorrentes da ação de agentes ligados ao setor imobiliário, os moradores relembram de Balbino como um paraíso, um lugar tranquilo, de farturas e de riquezas naturais, proporcionadas, principalmente por ser uma área litorânea farta de recursos, elementos estes que despertaram o interesse de imobiliários.

Os Moradores apontam o nome de dois agentes imobiliários, o Moinho Dias Branco e o Rui Caminha Barbosa Júnior como responsáveis pelos conflitos. Nas entrevistas realizadas identificamos que eles iniciaram-se em 1984, intensificando-se em 1986-87, levando a uma organização dos moradores para iniciar um enfrentamento visando a posse de suas terras.

Este enfrentamento foi construído por meio da elaboração de um discurso e do reposicionamento das práticas culturais locais, visando uma elaboração de uma afirmação identitária étnica, como pescadores, descendentes de índios e de negros.

A Etnicidade possui, para Max Weber (2004) e Fredrik Barth (1998), duas dimensões: a subjetiva, como os atores se veem e são vistos; a economia e política que orienta a organização de uma comunidade com base étnica, expressada em como os fatores externos influenciam a organização dessas comunidades e a construção de fronteiras étnicas.

Após a segunda invasão, ocorrida em 1986, os moradores perceberam a necessidade de se organizar criando em 21 de fevereiro de 1987 a Associação de Moradores do Povoado de Balbino, com as atribuições de:

- a) Proporcionar aos moradores de Balbino, condições de crescimento que lhes permitam uma melhoria de vida para si e suas famílias [...]
- c) Preservar o mangue, as lagoas, rios e vazantes, as terras consideradas de Marinha ou não, a praia, o porto das jangadas, a flora e a fauna, lutando em sua defesa sistematicamente e sempre que precise, contra a ação dos predadores e exploradores;
- d) Defender os interesses dos pescadores e dos agricultores e reivindicar, junto aos órgãos públicos, a imediata intervenção sobre os seus direitos e a realidade que os cerca, servindo de instrumento de politização da categoria [...]
- r) Organizar os moradores, com vistas à defesa de seus interesses e celebrar convênios e contratos com entidades públicas e

privadas para execução de medidas que lhes assegure a satisfação de suas necessidades.⁶

Com a criação da Associação de Moradores do Povoado de Balbino inicia-se uma formalização na organização social do local, por conta da existência de uma entidade registrada que tem entre as suas principais funções defender a natureza local, o interesse dos nativos e lutar contra os “predadores e exploradores”, ou seja, contra a especulação imobiliária. Constituindo, assim, o início da dimensão política.

Esta dimensão política está intrinsecamente ligada a aspectos sociais, pois que ela produz uma organização social. Caracterizamos como elemento desta a emergência da figura de líderes comunitários, como Dona Francisca, Seu Pedro e Seu Miguel, e a entrada em cena de diferentes organizações governamentais e não governamentais, criando uma teia de relações.

Durante os anos de 1987, após a invasão mais violenta, os nativos recorreram a instituições do governo, como a Capitania dos Portos e a Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC) que realizou uma visita na localidade e auxiliou os moradores na reversão das ações dos especuladores contra a fauna e a flora local.

O Superintendente da Sudec, Antonio Nóbrega Filho, e o Subsecretário de Ação Social Pedro Albuquerque e outros técnicos estiveram ontem na comunidade de Balbino [...] “Vocês não estão sozinhos nessa briga”, afirmou Nóbrega Filho, procurando tranquilizar os habitantes ainda tensos e apreensivos de novas investidas violentas, envolvendo homens da própria polícia civil. [...] Amanhã, funcionários da Sudec irão na área de mangue de Balbino para reverter a técnica aplicada pelos especuladores que pretendiam um “aterro natural” do riacho Mupeba (**O Povo**, 2 de agosto de 1987, p.23A).

Em 1988 com a interferência da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) e do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), foi criada em 21 de setembro de 1988, através da Lei N° 479/88, a Área de Proteção Ambiental de Balbino (APA). A APA de Balbino tem 250

⁶ **Certidão de Registro da Associação de Moradores de Balbino**. Cartório Moura Facundo, Comarca de Cascavel – CE. 21 de fevereiro de 1987, p.1-2.

hectares que compõe uma paisagem de dunas, lagos, praias, manguezal, além da fauna existente.

A localidade de Balbino, a primeira área escolhida pelo convênio da Secretaria de Cultura e Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) a ter sua paisagem preservada, foi instalado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, Conselho de Educação Ambiental e criada a Área de Proteção Ambiental, primeira do interior do Estado. Balbino terá, portanto, seu potencial resguardado pela Lei 479/Nº88, que preservará para as futuras gerações a natureza daquela comunidade (**Diário do Nordeste**, 4 de outubro de 1988, p.11).

A APA de Balbino foi a primeira da zona costeira cearense. A sua criação garantiu que pelo menos as terras próximas à praia não pudessem ser comercializadas, cabendo à Associação de Moradores do povoado a administração dessa terra, que seria dada às famílias ou a indivíduos que necessitassem, tendo como condição para receber a terra ter nascido na localidade.

Portanto, no processo dessa luta, os moradores foram estabelecendo diversos contatos constituintes de uma rede de parceiros, como o Instituto Terramar, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Universidades, Jornalistas etc. Culminando, inclusive, no lançamento de um livro de literatura intitulado “Balbino em Chamas” da jornalista Paula Saldanha, em 1994.

O caso de Balbino foi à justiça e a Comunidade teve o apoio do político e advogado João Alfredo. Até que, em 1997, o Povoado venceu a causa e conquistou a posse de suas terras, celebrada em uma festa com a visita do então Governador, Tasso Jereissati. Em duas reportagens que saíram em jornais podemos identificar a construção de um discurso que permeou a mobilização da comunidade:

“Minha família fundou este povoado e quando as imobiliárias invadiam as nossas terras, confesso que acreditava que tudo estava perdido. Mas o Governo cumpriu com a palavra e o nosso sonho finalmente se concretizou. A gente hoje dorme tranquilo, em uma terra que todo mundo sabe que é nossa, mas a gente já sabia disso, desde o tempo

dos nosso avós.” Francisco Balbino, 78, pescador (**O Povo**, 22 de junho de 1997, p.10A).

A liberdade não foi a única compensação para os negros que fugiram arriscadamente dos cativeiros. Poderia até ser, pois afinal o preço da fuga malograda era a própria vida. Mas em Cascavel, a 72 quilômetros de Fortaleza, os escravos se depararam com um verdadeiro paraíso natural, onde o mar, mangues e lagoas formam o lado mais generoso da criação. Esse santuário ecológico, encontrado pelo quilombo que originou a comunidade de Balbino, foi o lenitivo para as dores dos açoites, a oferta do alimento que saciou a fome e o repouso suave para a guerra da sobrevivência (**Diário do Nordeste**, 1996, p.04).

É interessante perceber como uma narrativa de origem da Comunidade está presente nestas reportagens, na afirmação da legitimidade da posse da terra dos pescadores que moravam na localidade, “terras herdadas de seus avós e não dos imobiliários”, a o paraíso encontrado pelos negros fugidos da escravidão, sendo assim, por mais que os moradores de Balbino ainda não possuíssem oficialmente a posse das terras, as consideravam como deles, pois eram descendentes da mesma família, a família que fundou o local.

Essa narrativa foi sendo construída no decorrer do enfrentamento como forma de promover uma coesão social e fortalecer o discurso do combate, em entrevista com Dona Francisca e Seu Pedro, esclarecem essa descendência comum:

A Comunidade do Balbino veio daquela época, minha vó contava, dos índios. Ali, ela disse, que até justamente a família do meu, do meu esposo que era também um dos índios, ela disse que esse pessoal era o pessoal que vinha do tempo da Guerra do Paraguai, que vinha fugindo pra não ir pras escravidão, pra num ir pra guerra, aí vinha nos barcos, aí os barcos ficava lá no mar. (**Francisca Ferreira Pires**, Balbino, 27.10.2010).⁷

Bom, a história do Balbino ela surgiu praticamente, os avós da gente que foram os pricipiantes, as raízes, então juntou aquela pequena comunidade, que era pouca mermo, você chegava lá e contava quantas pessoas moravam no vilarejo, era bem pouquinho, tinha a Lagoa Seca, que era mais o pessoal mais velho que morava lá ao redor da Lagoa Seca num cajueiro, num era uma casa, era um cajueiro que se fazia a casa e morava dentro, naquele tempo inda era assim e a vivência era pescador, morava ao redor de uma Lagoa, que era a Lagoa Seca, então lá se criaram os pescadores, os homens que começaram a vida de Balbino, no caso ele lá se chamava é... Antônio

⁷ “Dona” Francisca, 68 anos, trabalha como rendeira e foi a primeira presidenta da Associação de Moradores do Povoado de Balbino.

Balbino, o mais velho, a raiz antiga, né, chamava-se Antônio Balbino (Pedro Francisco Faustino, Fortaleza, 18.12.2010).⁸

Está presente nas duas falas a ideia de que a Comunidade foi fundada a partir uma herança étnica que agrupou negros e índios, forjando uma nova identidade, a de pescador. Esse discurso foi e é comumente utilizado na fala dos moradores de Balbino e nos jornais quando remetem à história da localidade.

Legalmente, mesmo recorrendo a uma herança étnica os filhos de Balbino classificam-se hoje como Povos e Comunidades Tradicionais, já que foi instituída a APA na localidade. Esta categoria vem sendo criticada (BARRETO, 2006) pela ampliação de seu uso, tendo em vista que ela define grupos que possuem características heterogêneas, com distintas formas culturais de apossamento das terras e de usos sustentáveis destas, ou seja, que possuem territorialidades específicas demarcadas por suas historicidades.

Neste momento, é interessante, ressaltar que o discurso construído está objetivando elaborar uma identidade a partir da busca de elementos comuns, como a origem, a descendência, que possa diferenciá-los dos outros, dos invasores. O fenômeno da etnicidade é relacional para Max Weber (2004), um dos primeiros teóricos a problematizar a temática, ele se estrutura de forma política, ganhando forma de grupo. Neste sentido, este autor considera que há uma relação estreita entre a construção de uma comunidade e a organização política, pois os grupos são criados por meio da diferenciação cultural, em contraste com o outro a partir de uma identificação comum, o que podemos rapidamente observar através da organização de Balbino por meio da criação de uma Associação de Moradores e do estabelecimento de diversas relações com entidades governamentais e não governamentais.

F. Barth (*op. cit.*), inspirado por Max Weber, fez uma ruptura epistemológica nos trabalhos sobre Etnicidade, diante da crise das teorias da aculturação – defendiam que as sociedades quando entravam em contato umas com as outras, estavam em situação de dominação, luta política, nas quais uma cultura se impõe e faz com que a dominada perca cultura – o autor vai entender

⁸ “Seu” Pedro, 74 anos, é “filho do Balbino”, entretanto mora em Fortaleza desde 10 anos de idade, foi o segundo presidente da Associação de Moradores e é dançador de Coco.

que grupos étnicos são categorias que servem para organizar a interação entre os sujeitos e são atribuídas e identificadas pelos próprios sujeitos, sendo importante pensar as fronteiras étnicas criadas e sua manutenção, como traçam a diferença entre nós e os outros. “Pensar a etnicidade em relação a um grupo e sua cultura é como tentar bater palmas com uma mão só. O contraste entre “nós” e os “outros” está inscrito na organização da etnicidade: uma alteridade dos demais que está explicitamente relacionada à asserção de diferenças culturais” (*Idem*, p. 2005, p. 16).

Esta fronteira em Balbino foi sendo construída, primeiro pela organização social e política do grupo, segundo pela recorrência ao discurso da Etnicidade por parte dos moradores de Balbino, que foi um recurso tático para o desenvolvimento desta diferenciação. Somado a este discurso, assim como à construção de uma teia de relações, visando a conquista da posse das terras, os moradores de Balbino tiveram que reelaborar suas práticas culturais, especificamente a dança do Coco.

O uso do Coco como tática de Mobilização Étnica

A Etnicidade não pode ser entendida como a presença da unidade de conteúdos culturais homogêneos e imutáveis, pois que as culturas são resultado da construção étnica. A cultura estaria em um fluxo revelado nas interações sociais, o que faz inerente a cultura o processo de transformação e de variação (BARTH, 2005). Seria possível apreender a cultura a partir das experiências de um grupo, ou seja, conforme essas experiências vão sendo modificadas, por exigências do contexto ou de instituições, como o Estado, esta cultura, por conveniência e como tática⁹ de legitimação, pode ir sendo alterada.

Como na descrição da *Cena I*, a experiência com a dança ocorria em um outro tempo de forma espontânea, como brincadeira, ao voltar do mar, os instrumentos eram improvisados, feitos com latas e pedrinhas do mar, as roupas eram as de passeio, aquelas que os pescadores tiravam do guarda-roupa para

⁹ Compreendidas segundo Michel de Certeau (1996) como ações desviacionistas que geram efeitos imprevisíveis, originando diferentes maneiras de fazer algo. As táticas estão relacionadas às astúcias dos indivíduos e a oportunidade de aproveitar a “ocasião”, burlando as estratégias impostas.

circular na localidade. Não existia hora para terminar a brincadeira, durando no comecinho da noite e estendendo-se até o dia amanhecer.

O processo de reelaboração cultural pelo qual a dança passou pode ter como marco definidor à cerimônia de recebimento da posse da terra. Esta se deu com a visita do então governador Tasso Jereissati que foi à Balbino entregar o título coletivo da terra. O Governador foi recebido com uma grande festa para celebrar a conquista.

A comunidade de Balbino, em Cascavel, depois de 12 anos de luta, faz festas para comemorar a titulação de suas terras, uma conquista de 184 famílias ali residentes. No distrito de Caponga, às 10h30min da próxima sexta-feira, dia 30, o Governador Tasso Jereissati – homenageado pela gente de Balbino por ter participado de todas as batalhas – vai presidir a solenidade de entrega do título. (**Avançando nas Mudanças**, 1997)¹⁰.

Na festa de posse da terra, os pescadores escolheram algo para mostrar, assim, apresentaram a dança do Coco. Sobre a programação dessa festa o Jornal divulgou: “Para agradecer o que considera a realização de um sonho, a comunidade realizará minutos antes da entrega dos títulos uma missa campal. Está prevista ainda a apresentação do grupo folclórico local que apresentará a tradicional ‘Dança do Coco’” (**O Povo**, 30 de maio de 1997, p.1). Em outra reportagem encontramos elementos semelhantes:

O sonho de posse da terra foi concretizado ontem pela manhã com a entrega da titulação da área feita pelo Governador do Estado, Tasso Jereissati, ao Presidente da Associação de Moradores do Povoado de Balbino, Pedro Francisco Faustino. Como o dia era de festa, os moradores realizaram a Dança do Coco (**O Povo**, 31 de maio de 1997, p.14).

Encontramos como referência à esta apresentação da dança do Coco, a atribuição de uma “tradição da Comunidade” e como realização de um “grupo folclórico local”, elementos que são essenciais para compreender a nova experiência com a dança na localidade.

¹⁰ Jornal do Governo do Estado do Ceará, que nesta edição foi dedicado a Balbino, convidando a população para a festa de posse da terra com a presença do então Governador Tasso Jereissati. Ano III, Maio de 1997.

Esta foi expressa nas *Cenas II e III*, o dançar Coco ganhou lugar de elemento diacrítico, sendo inserido um figurino próprio para dançar, a roupa do pescador, produzida artesanalmente na localidade, associando diretamente a dança à identidade pesqueira, mas não de qualquer pescador, dos pescadores de Balbino, que possuem uma história que passou a ser cantada e contada por meio de seus dançares e dos convites recebidos para apresentar a dança em outras localidades, principalmente em Fortaleza. A prática também ganhou novos elementos, como instrumentos, uma duração específica e reduzida e um grupo instituído para dançar.

Neste processo os moradores foram significando o Coco não apenas como uma diversão de pescador realizada em finais de semana, mas também como algo que representa a própria Comunidade, e que os liga às ancestralidades africanas e indígenas, algo que deve ser apresentado. A apresentação se dava a partir de convites realizados.

Após a apresentação na cerimônia de posse das terras, o primeiro convite feito para dançar fora da Comunidade de Balbino, foi realizado por Tasso Jereissati e visava a uma apresentação no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza. A partir dessa apresentação, outras foram realizadas fora da Comunidade.

No período atuava no povoado um casal que trabalhava no Ministério da Cultura realizando projetos de artesanato e ambientais, Anna Medeiros e Adércio Medeiros, que atualmente residem na localidade, possuem uma barraca na praia e um projeto de artesanato. “Dona” Anna e “Seu” Adércio foram responsáveis por vários projetos e apresentações que envolviam os dançadores de Coco e os pescadores de Balbino, inclusive é atribuída a “Dona” Anna a responsabilidade por estilizar a dança inserindo o figurino da pesca.

Alguns desses projetos eram para a apresentação da dança em eventos culturais e outros eram voltados para a produção de espaços de representação da cultura litorânea, então, nos anos dois mil, a comunidade de Balbino da construção da casa do pescador e de jangadas, realizados no Beach Park, na Ponte dos Ingleses, no Estoril, no Iguatemi, no Dragão do Mar e no Mc Donald’s da Washington Soares, onde pescadores de Balbino iam trabalhar na

construção das jangadas de piúba e nas casas de taipa, por vezes levavam o grupo de Coco para se apresentar.

Estas apresentações da dança do Coco e os projetos relacionados com a vida do pescador inseriram-se no âmbito das políticas de incentivo às expressões culturais regionais e ao turismo, realizadas, principalmente, no segundo governo de Tasso Jereissati (1995-1998) em que o secretário de cultura era o jornalista e publicitário Paulo Linhares, que em 2010 foi um dos idealizadores e organizadores do primeiro e maior evento do Estado que reúne diversos grupos de Coco do litoral cearense.

Não irei historicizar estas apresentações e o percurso que esta ressignificação foi tomando, ganhando elementos que permeiam a espetacularização de práticas culturais, mais sim manter o foco no uso desta dança para afirmar e firmar-se como donos de uma terra, pertencentes aos filhos de Balbino. Tendo em vista que:

Os movimentos políticos podem constituir novas formas de se produzir as diferenças culturais relevantes do ponto de vista organizacional. Como os símbolos culturais trazem significados múltiplos, a ação política pode determinar quais de tais significados se revestem de maior potencial emocional e, particularmente nos casos que envolvem terra, quais significados provocam “representações intuitivas emocionalmente poderosas” de lugar (FRENCH, 2003, p. 62).

Dois paralelos relevantes devem ser feitos. O primeiro refere-se ao caso do Torém, estudado por Carlos Guilherme do Valle (2005a; 2005b). O antropólogo identificou que esta dança foi utilizada como forma de aglutinação e de organização étnica por determinados grupos indígenas, percebendo que em diferentes momentos a dança dos Tremembé de Almofala (CE) sofreu a interferência de sujeitos diversos, como folcloristas e religiosos, passando por uma construção pública:

A performance do torém era também uma encenação e, como tal, devia produzir certos efeitos dramáticos. Era uma forma de suscitar identificações, expondo uma imagem pública indígena. Para os torenzeiros, a dança devia ser *brincada* seguindo um comportamento ideal para índios. Contaram-me que deviam agir como *brabos*, sem rir, sérios. Essa conduta estilizada ocorria, sobretudo, quando as apresentações eram públicas (*Idem*, 2005b, p. 215).

O autor percebe mudanças na forma de experimentar a dança que, assim como no caso dos Cocos de Balbino, passam de uma transição da espontaneidade e da brincadeira de velhos para uma formalização da prática com inserção de novos elementos, sendo apresentada em diversos eventos como reveladora de diferenciação cultural. A apresentação destas danças, Torém e o Coco, visam representar por meio de certa teatralização passados e histórias dos grupos que estão pautadas na necessidade de afirmação identitária.

O segundo caso que pode ser evocado é o trabalhado por Jan Hoffmann French (*op. cit.*), ao pensar a Comunidade de Mocambo (SE) e reconfiguração que o samba de coco tomou na localidade, já que a partir do anos de 1990 dançar tal manifestação era importante elemento na definição de um grupo como remanescente de quilombos. Essa remodelação visou fortalecer a construção da história da localidade como descendentes de escravos negros fugidos, ou seja, como uma representação de uma história africana, inclusive pela incorporação de trajes do candomblé. Todavia, isto não remete a um uso instrumentalizado da dança a fim de se conseguir a posse das terras, inclusive, porque dentro do grupo existem fissuras que quebram também com a ideia de uma identidade homogeneizadora.

Após estas correlações, pode-se retomar o pensamento de F. Barth (2005), de que a cultura não está em um lugar, não é o lugar que a carrega, mas está onde é produzida e reproduzida, sendo difundida entre as pessoas, em um estado de fluxo constante, não há estagnação em materiais culturais, eles se movem conforme às experiências, os materiais culturais não são tradições fixas no tempo, estão em estados transitórios.

Somando a este teórico, articulamos a compreensão de Ulf Hannerz (1997), de que falar em fluxo é “um modo de fazer referência a coisas que não permanecem no seu lugar, a mobilidades e expansões variadas, à globalização em muitas dimensões” (*Ibidem*, p. 10), demarcando que existem dois usos recorrentes da palavra fluxo: 1) significando o deslocamento de uma coisa no tempo, de um lugar para o outro, uma redistribuição que pode ser territorial 2) uma forma temporal de mobilização que se refere à visão da cultura como processo.

Este segundo entendimento, revela que “apenas por estarem em constante movimento, sendo sempre recriados, é que os significados e as formas significativas podiam tornar-se duradouros” (*Ibidem*, p.11-12). Em outras palavras, existe uma potência inventiva nas culturas que possibilita a recriação e a múltipla experimentação de suas diversas formas, por meio de processos criativos que estão inseridos em contextos definidores e são atravessados por subjetividades específicas.

A partir dos anos dois mil, visualizamos no cenário cearense, por parte do Estado e de organizações não governamentais, como o Serviço Social do Comércio – SESC, uma busca por consolidar os Cocos como manifestação cultural típica dos pescadores, o que se revela no desenvolvimento de eventos que trazem brincantes de Coco do litoral para se apresentarem, ou na construção do primeiro Encontro de Cocos do litoral Cearense, iniciado em 2010 e intitulado “Tá formando Cardume”, que reuniu quatro grupos de Coco, no ano seguinte este encontro passou a integrar parte da programação de um evento maior, “Encontro SESC Povos do Mar”, que hoje conta com a participação de aproximadamente treze grupos de Coco, sendo o principal evento aglutinador desta manifestação no Estado. O grupo de Balbino esteve presente desde a primeira edição deste evento até a mais recente, ocorrida em 2017, modificando sua configuração e incorporando outros elementos na prática.

Esta foi descrita na *Cena IV*, permitindo que se perceba uma nítida modificação na experiência com a dança que é a inserção meninas na brincadeira e a sua configuração como dança de jovens, tendo em vista que até os anos 2012 o brincar Coco em Balbino era praticado apenas por homens, adultos e idosos, baseado em um discurso que “quem dança é o homem, pois o homem é o pescador, e o Coco é a dança do pescador”. Esta modificação revela fissuras dentro da Comunidade, sobretudo com relação à Associação de Moradores e os dançadores de Coco, assim como a dinamicidade da cultura, diante de exigências presentes e da necessidade de renovação do grupo e da prática para que esta permaneça pulsante. Também pode ser visualizada a modificação de instrumentos, com a retirada do atabaque e a inserção do cajón, além da redução cada vez maior do tempo de apresentação em prol do grande

número de grupos que iriam participar e da necessidade de retorno à Comunidade.

Destarte, temos que a dança praticada em Balbino sofreu direta influencia das vivências da localidade, modificando suas formas da mesma maneira que alterando a experiência dançante dos sujeitos, ou seja, a dança tornou-se elemento diacrítico que foi apreendido como tradição e usado taticamente em momentos oportunos, figurando-se como possibilidade de expressão e de afirmação de uma identidade étnico-política, a de pescadores, descendentes de negros e índios, filhos de Balbino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário de. **O Turista Aprendiz**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002b.

_____. **Os Cocos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002a.

ARAÚJO, Enos F. de; PEREIRA, Alexandre Q. **O turismo e a valorização do litoral metropolitano: espacialidade turística em Caucaia-Ce**. Ra'e ga. Curitiba: UFPR, 2011, p. 78-104.

ARAUJO, Ridalvo Felix de. **Na batida do corpo, na pisada do cantá: inscrições poéticas no coco cearense e candombe mineiro**. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2013.

AYALA, Maria Ignez Novais; AYALA, Marcos (Orgs.). **Cocos: alegria e devoção**. Natal: EDUFRN, 2000.

AYALA, Maria Ignez; AYALA, Marcos. (Orgs.). **Cocos: alegria e devoção**. Natal: EDUFRN, 2000.

BARRETO FILHO, Henio Trindade. 2006. *Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção*. In: C. Adams, R. Murrieta, W. Neves (ed.), **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume. p. 109-144.

BARROSO, Oswald. O coco de praia em Majorlândia. In: CARIRY, Rosemberg; BARROSO, Oswald (Orgs.). **Cultura insubmissa: estudos e reportagens**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.

BARTH, F. Etnicidade e o Conceito de Cultura. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política**, n.1, Niteróia: EdUFF, 2005. p. 15-30.

_____. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenard. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

CARVALHO, Gilmar de. **Artes da Tradição**: mestres do povo. Fortaleza: Exp. Gráfica/LEO-UFC/UECE, 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 4. e.d. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

FRENCH, Jan Hoffman. Os Quilombos e seus direitos hoje: entre a construção das identidades e a história. **Revista de História**, 2003. p. 45-68.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, v. 3, n. 1. Rio de Janeiro: Relume Dumará; PPGAS – Museu Nacional/UFRJ, 1997, p. 7-39

LIMA, Maria do Céu. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará**: território, costumes e conflitos. Tese (Doutorado) apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo. São Paulo, 2002.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. Torém/Toré – tradições e invenção no quadro de multiplicidade étnica do Ceará contemporâneo. In: GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo (Org.). **Toré – Regime encantado do índio do Nordeste**. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 2005a. p. 221-252.

_____. Compreendendo a dança do torém: visões de folclore, ritual e tradição entre os Tremembé do Ceará. **Revista Antrhopológicas**, v. 16, n. 2, 2005b. p.187-228.

VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão**. O Movimento Folclórico Brasileiro, 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte, 1997.

WEBER, Max. Relações Comunitárias Étnicas. In: WEBER, Max. **Economia e Sociedade** – Volume 1. São Paulo: Imprensa Oficial e Editora UnB, 2004